



Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres

*From Info-Exclusion Risk to Civic Participation: The Perception of Digital
Citizenship among Poor People*

Samir Haddad¹ 
Abílio Oliveira² 
Bráulio Alturas³ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2023v8n1.64713]

Recebido em: 02/11/2022
Aprovado em: 15/04/2023

Resumo: No Brasil, mesmo após 21 anos de implementação das políticas de inclusão digital, ainda há escassez de dimensões e indicadores válidos para construir modelos estatísticos que avaliem a eficácia destas políticas no que tange o exercício da cidadania, como forma de contribuir para a redução da infoexclusão num contexto global de aumento dos níveis de pobreza nas últimas décadas. O presente estudo explora o significado e a importância da cidadania para os pobres por meio de questionário respondido por 515 utilizadores de 84 telecentros em Belo Horizonte, Brasil. Utilizando-se Análise de Componentes Principais (ACP), obtiveram-se três dimensões para cidadania com 31 indicadores e três dimensões para cidadania digital com 33 indicadores. Avaliadas no contexto da sociedade atual, tais dimensões se mostraram complementares e indissociáveis para o efetivo exercício da cidadania. Assim, os resultados deste estudo contribuem para o aperfeiçoamento de políticas públicas de inclusão digital e combate à pobreza.

Palavras-chave: Cidadania; cidadania digital; dimensões; indicadores; análise de componentes principais.

¹ ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa / Istar-ISCTE – E-mail: srhds@iscte-iul.pt.

² ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa / Istar-ISCTE – E-mail: abilio.oliveira@iscte-iul.pt.

³ ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa / Istar-ISCTE – E-mail: braulio.alturas@iscte-iul.pt.

Abstract: In Brazil, even after 21 years of implementing digital inclusion policies, there are still few valid dimensions and indicators to develop statistical models to assess the effectiveness of these policies in terms of the exercise of citizenship, as a way of contributing to the reduction of infoexclusion in a global context of rising poverty levels in recent decades. The present study explores the meaning and the importance of citizenship for the poor through a questionnaire answered by 515 users from 84 telecenters in Belo Horizonte, Brazil. Using Principal Component Analysis (PCA), three dimensions with 31 indicators were obtained for citizenship and three dimensions with 33 indicators for digital citizenship. Assessed in the context of today's society, these dimensions proved to be complementary and inseparable for the effective exercise of citizenship. Thus, the results of this study contribute to the improvement of public policies for digital inclusion and prevention of poverty.

Keywords: Citizenship; digital citizenship; dimensions; indicators; principal component analysis.

1. Introdução

No século XX, no decorrer da chamada era da modernidade, foi-nos embutida a ideia de que ser cidadão é ser obediente e passivo diante de um estado de direito dependente da iniciativa do Estado (*eg.*, Massensini, 2011; Snyder, 2016). Esse conceito, que remete a iniciativa privada e coletiva para segundo plano, subserviente ao poder estatal, deixou de prevalecer na presente era da pós-modernidade, em que as novas tecnologias imperam, e a informação e a facilidade de comunicação ganham uma importância antes desconhecida. Nesse contexto, cada cidadão que tenha acesso e capacidade para usar as tecnologias emergentes pode desencadear ações coletivas e sociais com um simples ‘click’. Começou assim a ganhar força a ideia de que dominando a mídia e a mídia social, pode-se conquistar mais autonomia e gerar movimentos sociais. O que nos aproxima da ideia, ainda utópica, de que podemos todos ser realmente ‘iguais’.

A sociedade em rede é reflexo, consequência ou representação da realidade social, significando que ser cidadão é participar não mais em obediência ao Estado, mas segundo a capacidade individual de atuar na elaboração das regras sociais, de acordo com a experiência e o conhecimento adquiridos. Pelo que, essa sociedade em rede ou sociedade de informação possibilita a participação autônoma e ativa de qualquer cidadão que lhe tenha acesso, capacidade e conhecimento para lhe aceder e oportunidade de expressão. Logo, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), todos os indivíduos têm, potencialmente, os mesmos direitos civis, sociais e políticos, independentemente do sexo, raça, condição social, nível de escolaridade e opção política ou religiosa – situação que configura o conceito

de cidadania ativa, cidadania digital ou hipercidadania (e.g., Fernández-Prados, Lozano-Díaz, Ainz-Galende, 2021; Bustamante, 2010; Castells, 2003).

A cidadania digital é uma concepção sistêmica da sociedade em rede, baseada na informação, no conhecimento e na participação cidadã, em que as desigualdades, mesmo entre os países, refletem diferenças em nível de conhecimento, oportunidade, acessibilidade e uso das TIC. O que se associa ao entendimento (ou conscientização) individual e social sobre quais as funções e papéis que cada um(a) pode desempenhar na sociedade em rede (e.g., Poker, 2009; Silva, 2013; Mendes, 2001).

O sonho utópico de uma sociedade igualitária, prometido pela sociedade em rede (e.g., Castell, 2003, Castell & Cardoso, 2005, Silveira, 2010), parece cada vez mais distante. O que parece paradoxal, mas que se entende pela dificuldade que permanece em reduzir a pobreza, promover melhores condições de vida, aumentar as oportunidades de trabalho e de ascensão social. Quem é pobre e não tem possibilidade ou capacidade de usar as TIC, pelo relevo que estas têm, é relegado a um segundo plano, como se fosse um estranho à sociedade em rede, perdendo a chance de dela participar, o que, indiretamente, tem consequências na sua esfera social e profissional.

Se sociologicamente todo cidadão deve viver em sociedade e se sentir membro dela ao contribuir com normas e regras sociais, como pode uma sociedade, como a brasileira, com tantas discrepâncias socioeconômicas e diferenças regionais, garantir igualdade de condições no contexto da própria nação, para que todos tenham igual direito para exercer a cidadania? Como pode o Estado brasileiro garantir que não haja estratificação dos cidadãos por classe social, sem uma clara definição do que significa cidadania e cidadania digital, particularmente para as pessoas pobres?

Neste sentido, para se entender a real necessidade destas populações, partiu-se de trabalhos anteriores sobre o impacto das TIC (e.g., Garrido, Hart & Santana, 2012; Ribble, 2011; CGI.br, 2013; Haddad, Oliveira & Cardoso, 2016) mas que não são suficientes, por si só, para responder as questões complexas que se colocavam, como por exemplo, lutar contra a exclusão digital, o acesso às TIC de jovens pobres (que não têm oportunidades), ajudar cada um(a) a sentir-se membro da sociedade, dentre outras. Então, fez-se necessário identificar fatores e indicadores que refletiam a realidade dessas comunidades pobres para que se possa ter as dimensões/fatores/indicadores de cidadania e cidadania digital como base para a construção de instrumentos e modelos conceituais estatísticos. Só assim, conhecendo esta

realidade será possível a elaboração de políticas públicas que contribuam para a redução da pobreza e da infoexclusão. Até momento, as escalas encontradas nas pesquisas disponíveis sobre o exercício da cidadania/cidadania digital refletem, majoritariamente, as pesquisas aplicadas dentro de universidades entre alunos e ou professores, ou dentre públicos com alta formação educacional que abrangem um elevado nível de contribuição nacional ou global. Exemplificando, se forem utilizadas algumas destas, *e.g.*, contribuir para a redução do efeito estufa, participar de conselhos e instituições internacionais para a melhoria de vida do planeta, dentre outras), com certeza, essas escalas não farão parte das que comporão uma escala de avaliação da cidadania e da cidadania digital para as populações socialmente desfavorecidas porque estas estão a precisar, em primeiro lugar, de casa, comida, emprego e acesso a saneamento básico e à internet.

Para minimizar os impactos negativos da sociedade da informação, como por exemplo a infoexclusão, organismos internacionais (ONUbr, 2016) e governos têm estabelecido diretrizes e estratégias de inclusão digital, baseadas numa nova cultura de direito, não apenas o direito genérico à internet, mas também ao acesso à informação, como um bem público (Sposati, 2015). Atualmente, os locais de acesso público e gratuito às TIC (como Telecentros, cibercafés ou bibliotecas), mantidos por programas de inclusão digital, abrem novas oportunidades, de cunho social, económico e financeiro, em particular para as populações pobres ou de baixa renda (Sey et al., 2015).

“Public access venues typically aim to provide access for specific populations, including people of lower socioeconomic status, females, youth, older users, and rural residents — those too poor to afford private access, lacking technology literacy and skills, or excluded for some other reason” (Sey et al., 2015, p. 49).

“Os programas de inclusão digital têm potencial tecnológico para promover respostas e provisões sociais, de forma territorial, integrada e democrática e, desta forma, enfrentar a exclusão social e digital num processo de reconstrução social. Tais programas têm sido determinantes no estabelecimento de uma nova forma de exercício da cidadania, possibilitando maior empregabilidade, desenvolvimento das comunidades e capacidade de resolução de seus problemas, com participação e autonomia crítica para práticas políticas, e promoção da inclusão social. Neste âmbito, a atual pesquisa foca-se nos Telecentros, que permitem o acesso às TIC de forma gratuita, favorecendo a participação dos cidadãos e da comunidade envolvente na resolução de demandas cotidianas, individuais e coletivas” (Jambeiro & Silva, 2015; Sey et al., 20015; Haddad, Oliveira & Cardoso, 2016).

Partindo desta necessidade de avaliação de políticas públicas de inclusão digital, cujo objetivo final é o exercício da cidadania, foram utilizados como objeto de pesquisa os espaços

chamados Telecentros⁴, instalados em áreas de vulnerabilidade social (favelas ou comunidades) na cidade de Belo Horizonte, Brasil. Esta escolha buscou atingir especificamente as classes sociais pobres (famílias com renda familiar até três salários-mínimos no Brasil – classes C, D e E) que são o público dessas políticas.

O questionário foi aplicado aos frequentadores desses espaços no local, buscando-se responder a várias questões relativas a sociedade da informação, Telecentros e cidadania. Neste artigo, serão abordadas apenas duas delas, relativas à:

- a) Definição dos indicadores que compõe o entendimento de cidadania;
- b) Definição dos indicadores que compõe o entendimento de cidadania digital.

Esclarece-se que este artigo é parte de uma pesquisa mais abrangente (Haddad, 2019) que tem como questão central verificar de que forma os programas sociais de inclusão digital contribuem para o exercício da cidadania digital, entre cidadãos de classes sociais pobres, em Belo Horizonte, Brasil.

2. Metodologia

O presente estudo é quantitativo. Optou-se por utilizar um questionário online e uma escala ordinal do tipo Likert de 5 pontos. Para a composição dos itens (indicadores) deste questionário, foram utilizadas escalas e/ou indicadores já publicados na literatura (Sey et al, 2015; Lisa & Kimberly, 2016; Choi, 2015), os quais foram adaptados à realidade dos usuários de Telecentros, quer pela dimensão e abrangência de ação das escalas, quer pela limitada compreensão gramatical dos usuários. Além deste estudo, cabe ressaltar que autores como Rible (2011), Castells (2003), Garrido, Hart & Santana, Massensini (2011), Marshall (1967), dentre outros contribuíram teoricamente para a construção do questionário aplicado. Contudo suas contribuições teóricas não refletem a realidade do público alvo desta pesquisa, justificando a necessidade de indicadores desenhados especificamente para o caso em tela. Desta forma, tem-se, por exemplo, os indicadores: lutar contra a exclusão digital, acesso às TIC por jovens pobres (que não têm oportunidades); combater online diversas formas de exclusão (cultural, econômica, territorial ou étnica), entre outros (Haddad & Oliveira, 2017).

⁴ Telecentros são espaços de acesso público localizados em comunidades pobres, equipados com computadores conectados à internet de banda larga, para uso comunitário, de forma gratuita.

Haddad; Oliveira & Alturas. *Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.*

Como referenciado na introdução, no contexto de Haddad (2019), o questionário foi elaborado com 14 perguntas e 357 respostas, sendo 332 respostas com escala Likert e 25 respostas abertas ou de múltipla escolha usando o software Qualtrics. Para este artigo apresentam-se os resultados apenas de duas questões (cf. Tabela 01).

Questão	Nº respostas – com Likert	Nº respostas – sem Likert
Para você, a Cidadania é:	31	1
Para você, a Cidadania Digital (em nível virtual) é:	33	1
Total	64	2

Tabela 01: Perguntas do questionário estudo inferencial de Haddad (2019)

Para você, a Cidadania é:					
Itens	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Ajudar a resolver os problemas da comunidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assegurar direitos na sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conquistar um objetivo na vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conscientizar-se sobre a realidade em que vive	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fazer-se ouvir	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garantir o direito à vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Haver igualdade de direitos (baseada em ideias, valores e crenças)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igualdade de obrigações para todos (baseada em ideias, valores e crenças)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manifestar-se politicamente de forma livre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar de movimentos políticos/sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar no desenvolvimento local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder participar em questões sociais, ambientais, políticas, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preocupar-se com o coletivo ou comunidade (por solidariedade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Respeitar a liberdade de opinião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Respeitar direitos e deveres de todas as pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Respeitar o espaço de cada um(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saber o seu papel num grupo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saber ouvir e falar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser livre (na sociedade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser respeitado(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter direito ao trabalho e a rendimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter liberdade de pensamento e comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter moradia (casa)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter o que comer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter ocupação profissional reconhecida por lei	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter responsabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Haddad; Oliveira & Alturas. Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.

Ter uma posição reconhecida na sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viver coletivamente em harmonia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro(a):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Para você, a Cidadania Digital (a nível virtual) é:					
Itens	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Ajudar cada um(a) a sentir-se membro da sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Combater <i>online</i> qualquer exclusão (cultural, econômica, territorial ou étnica)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Convidar o outro a participar na sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolver serviços de governo <i>online</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensinar as pessoas a pesquisar informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Excluir da sociedade pessoas que não dominam às TIC	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garantia do direito a ter acesso à internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lutar contra a exclusão digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O acesso às TIC de jovens pobres (que não tem oportunidades)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O direito à vida em sociedade com a participação civil e política	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O direito de se informar <i>online</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modo como os usuários se comportam na internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O processo <i>online</i> de conquistar (igualdade de) direitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O processo <i>online</i> de libertação de uma condição social e econômica ruim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O uso de serviços que aproximam os assuntos públicos dos cidadãos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder participar em quaisquer processos <i>online</i> (recursos, sistemas, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder votar <i>online</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processo <i>online</i> para resolver problemas (da comunidade, do país ou do mundo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover o acesso aos mundos digitais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resolver várias questões <i>online</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saber usar as TIC para fins de bem social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sentir que posso ajudar a resolver qualquer problema	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sentir-me conectado(a) a qualquer pessoa em qualquer lado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Haddad; Oliveira & Alturas. Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.

Ter acesso a qualquer processo (recurso, norma ou sistema) <i>online</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter domínio no uso das TIC	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter uma visão crítica ao participar em processos <i>online</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma forma ativa de agir que fortalece o exercício da cidadania	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma forma <i>online</i> de manifestar e mobilizar na sociedade de informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar a internet para participação política	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar a internet para participação social e econômica na sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar as TIC de forma responsável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usar as TIC para conscientizar as pessoas a viver em sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro(a):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: elaboração própria dos autores.

Nas questões optou-se por utilizar a técnica estatística Análise de Componentes Principais (ACP) que nos permitiu a redução de um conjunto de indicadores (variáveis) correlacionáveis entre si em outro conjunto com menor número de variáveis não correlacionadas entre si e designadas por componentes principais. Além disso, utilizaram-se critérios de qualidade como: valor próprio, variância explicada (acima de 50%) e Alfa de Cronbach (*e.g.*, Laureano & Botelho, 2017). A partir dessa solução inicial e apoiados na literatura (*e.g.*, Pestana & Gageiro, 2014), analisaram-se os indicadores que apresentavam baixa comunalidade (peso ou carga fatorial menor que 0,500) ou eram mistos (peso ou carga fatorial acima de 0,500 em mais de um indicador) e estes foram suprimidos do conjunto de indicadores de cada ACP.

Com a escolha da técnica da ACP fez-se necessário verificar a qualidade das correlações entre as variáveis com os procedimentos estatísticos Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy (KMO) e teste de Bartlett.

O público-alvo foi composto pelas pessoas pobres que frequentam os Telecentros instalados em áreas de vulnerabilidade social de Belo Horizonte, Brasil. A amostra inicial foi superior a 700 sujeitos, que se definiu como uma amostra estratificada, não paramétrica aleatória por não apresentar uma distribuição normal. Assim, pessoas que frequentaram os telecentros respondiam, espontaneamente, os questionários online instalados nos computadores disponibilizados aos usuários. Expurgados os questionários incompletos, obteve-se uma amostra final de 515 usuários de 84 Telecentros ativos em Belo Horizonte, de classe social C, D e E, com idade entre oito e 70 anos, diferentes níveis

de escolaridade, estado civil, níveis de conhecimento em TIC e profissão, incluindo aposentados, desempregados e. O tratamento de dados foi feito utilizando o software SPSS.

3. Resultados e discussão

As ACP finais das entidades cidadania e cidadania digital nos revelaram ao total 6 fatores/dimensões e 47 indicadores com alta qualidade de variância explicada (acima de 50%). O Alfa de Cronbach revelou um elevado grau de confiabilidade entre as variáveis e os itens que as englobam, tendo fortes índices de correlação entre si (KMO). Dos 64 indicadores iniciais para as duas entidades, 17 foram excluídos nas ACPs finais por apresentarem baixa comunalidade (peso ou carga fatorial menor que 0,500) ou eram mistos (peso ou carga fatorial acima de 0,500 em mais de um indicador). Na Tabela 02 descrevem-se os fatores e os seus critérios de qualidade.

Tabela 02: Resultados das ACPs finais

Entidades	KMO	Variância Total	Dimensões	Alpha de Cronbach (α)	Indicadores	Indicadores Excluídos	
1	Cidadania	0,959	64,8%	Direitos Sociais	0,929	7	8
				Direitos Cívicos	0,906	5	
				Direitos Políticos	0,930	11	
2	Cidadania Digital	0,962	59,5%	Integração social	0,946	16	9
				Acesso ao digital	0,792	4	
				Literacia digital	0,801	4	

Fonte: elaboração própria dos autores.

Cada um dos fatores relacionados às entidades (cidadania e cidadania digital) foram conceituados com base na literatura mobilizada pela pesquisa. Estes fatores são representados por um conjunto de indicadores considerados significativos pela população em estudo. Portanto, não é objetivo deste artigo discutir se tais fatores/indicadores são inovadores ou já existentes na literatura, nem descrever a relação entre os fatores e seus indicadores com as teorias dos autores que a justificam. Sua contribuição é demonstrar o que tais indicadores representam e o grau de importância para essas populações. A seguir apresentam-se os resultados.

3.1 ACP Cidadania

Dessa ACP extraíram-se três fatores:

O primeiro fator obtido agrupa itens que remetem, por um lado, às questões associadas aos Direitos Sociais— nomeadamente, Ter o que comer; Ter moradia (casa); Ter responsabilidade; Ter ocupação profissional reconhecida por Lei; Ter lazer; Ser respeitado(a); e Ter direito ao trabalho e a rendimentos.

Haddad; Oliveira & Alturas. Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.

O segundo associa itens aos Direitos Cívicos (respectivamente, Ter liberdade de pensamento e comunicação; Respeitar o espaço de cada um(a); Viver coletivamente em harmonia; Ser livre (na sociedade); Saber ouvir e falar (e.g., Marshall, 1967), e a componente Direito Civil (e.g., Massensini, 2011; Caraça, 2007).

O terceiro fator engloba indicadores que, essencialmente, se referem à possibilidade de participação, intervenção ou manifestação política, ou a questões associadas à esfera política, isto é, aos Direitos Políticos (itens: Poder participar em questões sociais, ambientais, políticas, etc.; Manifestar-se politicamente de forma livre; Participar de movimentos políticos/sociais; Poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos; Fazer-se ouvir; Preocupar-se com o coletivo ou com a comunidade - solidariedade; Conscientizar-se sobre a realidade em que vive; Haver igualdade de direitos - baseada em ideias, valores e crenças; e Igualdade de obrigações para todos - baseada em ideias, valores e crenças) (e.g., Marshall, 1967).

Os indicadores de cada dimensão são apresentados na Tabela 03.

Tabela 03: Solução fatorial (otimizada) das dimensões de Cidadania

Cidadania Indicadores	Dimensões		
	Direitos Sociais	Direitos Cívicos	Direitos Políticos
Ter o que comer	0,827		
Ter moradia (casa)	0,825		
Ter responsabilidade	0,788		
Ter ocupação profissional reconhecida por lei	0,760		
Ter lazer	0,758		
Ser respeitado(a)	0,754		
Ter direito ao trabalho e a rendimentos	0,750		
Ter liberdade de pensamento e comunicação		0,738	
Respeitar o espaço de cada um(a)		0,716	
Viver coletivamente em harmonia		0,694	
Ser livre (na sociedade)		0,672	
Saber ouvir e falar		0,664	
Participar no desenvolvimento local			0,822
Poder participar em questões sociais, ambientais, políticas, etc.			0,805
Manifestar-se politicamente de forma livre			0,793
Participar de movimentos políticos/sociais			0,788
Poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos			0,737
Fazer-se ouvir			0,716
Preocupar-se com o coletivo ou comunidade (solidariedade)			0,697
Conscientizar-se sobre a realidade em que vive			0,687
Haver igualdade de direitos (baseada em ideias, valores e crenças)			0,583
Igualdade de obrigações para todos (baseada em ideias, valores e crenças)			0,563
Valores próprios		7,900	7,000
Variância explicada (%)		34,300	30,500
Variância acumulada (%)		34,300	64,800
Alpha de Cronbach (α)	0,929	0,906	0,930
ACP Cidadania: solução fatorial, após rotação <i>varimax</i> , com normalização Kaiser, convergente em iterações; KMO= 0,959; teste de esfericidade de Bartlett= 9868,789; significância= 0,00			

Fonte: elaboração própria dos autores.

3.2 ACP Cidadania Digital

Dessa ACP extraíram-se três fatores: integração social, acesso digital e literacia digital. Estes três fatores representam o conceito definido por Massensini (2011), Silveira (2010) e Snyder (2016), além de refletir parte dos nove elementos como essenciais para o exercício da cidade digital, conforme definido por Ribble (2011).

O primeiro fator obtido agrupa itens que remetem à possibilidade de, usando meios digitais, estar mais apto para resolver várias questões, atuar na sociedade, dominar as TIC, participar na resolução de problemas, etc., ou seja, cidadania digital é de algum modo sinônimo de integração social por via da capacidade de agir nos meios digitais, i.e., de modo mais sintético, uma forma de integração social. Tais itens se relacionam aos quatro elementos definidos por Ribble: etiqueta digital, lei digital, direitos e responsabilidades digitais e segurança digital (e.g., Massensini, 2011; Silveira, 2010; Snyder, 2016; Ribble, 2011).

O segundo engloba indicadores que, essencialmente, referem-se ao direito de acesso ao meio digital. Mais do que direito de acesso à informação, às TIC, à internet, o direito de se informar online, há a necessidade de lutar contra a exclusão digital como indicado pelo item com carga fatorial (ou loading) mais relevante. Logo, o que aqui se ressalva, é o direito à inclusão (ou integração) digital. Tal direito foi aprovado pela ONU como obrigação dos Estados, e foi, como evidenciado, reivindicado pelos usuários dos Telecentros. (e.g., ONUbr, 2016; Figueiredo, 2007).

O terceiro, Literacia Digital, engloba indicadores associados com um dos elementos definidos por Ribble's - Literacia Digital - e com o processo de combate à infoexclusão exercido pelo Estado, pela sociedade e pelas pessoas (e.g., Neves, 2007, Snyder, 2016).

Os indicadores de cada dimensão são apresentados na Tabela 04.

Tabela 04: Solução fatorial (otimizada) das dimensões de Cidadania Digital

Cidadania digital Indicadores	Dimensões		
	Integração social	Acesso ao digital	Literacia digital
Resolver várias questões online	0,721		
Usar a internet para participação social e econômica na sociedade	0,700		
Uma forma online de manifestar e mobilizar na sociedade da informação	0,688		
Ter domínio no uso das TIC	0,685		
Sentir que posso ajudar a resolver qualquer problema	0,673		

Haddad; Oliveira & Alturas. Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.

Saber usar as TIC para fins de bem social	0,670		
Usar as TIC para conscientizar as pessoas a viver em sociedade	0,667		
Uma forma ativa de agir que fortalece o exercício da cidadania	0,664		
Usar a internet para participação política	0,658		
Usar as TIC de forma responsável	0,656		
Sentir-me conectado(a) a qualquer pessoa em qualquer lado	0,645		
Ter acesso a qualquer processo (recurso, norma ou sistema) online	0,641		
Promover o acesso aos mundos digitais	0,605		
Processo online para resolver problemas (da comunidade, do país ou do mundo)	0,581		
Poder participar em quaisquer processos online (recursos, sistemas, etc.)	0,544		
O processo online de conquistar (igualdade de) direitos	0,519		
Lutar contra a exclusão digital		0,766	
O acesso às TIC de jovens pobres (que não têm oportunidades)		0,708	
Garantia do direito a ter acesso à internet		0,648	
O direito de se informar online		0,576	
Ajudar cada um(a) a sentir-se membro da sociedade			0,788
Convidar o outro a participar na sociedade			0,723
Combater online qualquer exclusão (cultural, econômica, territorial ou étnica)			0,683
Desenvolver serviços de governo online			0,642
Valores próprios	7,497	3,850	3,535
Variância explicada (%)	29,987	15,402	14,140
Variância acumulada (%)	29,987	45,389	59,529
Alpha de Cronbach (α)	0,946	0,792	0,801
ACP Cidadania digital: Solução fatorial, após rotação varimax, com normalização Kaisera, convergente em seis iterações; KMO=0,962; teste de esfericidade de Bartlett=8007,513; significância=0,00			

Fonte: elaboração própria dos autores.

Assim, definir cidadania significa incorporar as várias transformações produzidas ao longo da história da humanidade, desde a Grécia antiga, quando se limitava aos indivíduos livres, que gozavam de privilégios, passando aos que obedeciam as normas estabelecidas pelo Estado até se chegar à cidadania no século XXI, em que o cidadão passou a ser sujeito de direitos, sem distinção de sexo, raça, convicção política ou religiosa e que se expressa livremente e com direito ao domínio sobre seu corpo e sua vida (e.g., Diniz, 2014; Covre, 2001). Diniz (2014, p.10) complementa ainda que a construção do conceito de cidadania se deu pela mobilização de: [...] pessoas e organizações, na busca pela construção de uma sociedade igualitária e participativa. Hoje, mais do que nunca, a participação popular se apresenta como uma das mais visíveis demonstrações do exercício da cidadania, sendo, ao mesmo tempo, uma garantia para esse exercício, possibilitando e assegurando outros direitos (Haddad, Oliveira & Alturas, 2022).

Logo, ser cidadão implica ter direito à vida, com liberdade e igualdade perante a lei. Implica ainda participar no destino da sociedade, saber decidir, opinar de forma

construtiva, respeitar os direitos de outrem, ter direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila (e.g., Diniz, 2014; Pinsky & Pinsky, 2005). Na perspectiva da participação no destino da sociedade, a cidadania poder ser passiva, exercendo direitos já assegurados em sociedade, como garantir é o direito à vida, ou de forma ativa, fomentando o direito à vida em sociedade, com participação civil e política (e.g., Massensini, 2011; Silveira, 2010).

No processo de desenvolvimento social a partir das TIC, importa compreender que, na construção do Estado aberto, o exercício da cidadania é consolidado necessariamente pelo uso e pelo acesso à informação de forma democrática e pelo combate à exclusão. São essas matérias em que o Direito não pode deixar de estar envolvido, “pois tanto a conquista de direitos políticos, sociais e civis como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres” (Castells, 2003, p. 09).

A cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas abarcando acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente que é o papel do(s) homem(s) no Universo (e.g., Fernández-Prados, Lozano-Díaz, Ainz-Galende, (2021); Covre, 2001, p. 11).

4. Considerações finais

Mas afinal, o que significa e qual a importância da cidadania e cidadania digital para as populações pobres em Belo Horizonte, Brasil?

De acordo com os resultados emergidos pela ACP da cidadania pode-se inferir que para as pessoas de classes sociais baixas e que utilizam espaços de inclusão digital (Telecentros), cidadania é representada, em primeiro lugar, pelos indicadores associados ao direito social, como, ter o que comer, ter moradia (casa), ter responsabilidade, ter ocupação profissional formal, ter lazer, e ter direito ao trabalho e a rendimentos, o que pode justificar-se pelo baixo nível socioeconômico e pelas necessidades básicas e de sobrevivência não atendidas às quais são submetidas essa população. Para este grupo de pessoas, ter lazer também está entre as necessidades básicas de sobrevivência, bem como ter uma ocupação remunerada reconhecida pelo Estado e pela sociedade para que tenham dignidade de viver e possam saber o seu papel no grupo e na sociedade. Superadas essas necessidades básicas, em seguida e não menos importante, estão as necessidades de ser

livre e respeitado que são representadas pelos indicadores associados ao direito civil como: ter liberdade de pensamento e comunicação, respeitar o espaço de cada um(a), viver coletivamente em harmonia, ser livre (na sociedade) e saber ouvir e falar. Logo, pertencer a uma classe social de menor poder aquisitivo não significa não querer participar da construção da sociedade em que vivemos. Ao contrário, essa população quer ser ouvida, respeitada e considerada. Reforçando e dando coerência aos indicadores associados com os direitos social e civil estão os indicadores correlacionados com o direito político tais como: poder participar em questões sociais, ambientais, políticas etc., manifestar-se politicamente de forma livre, participar de movimentos políticos/sociais, poder pronunciar-se e lutar pelos seus direitos, fazer-se ouvir, dentre outros. Assim o exercício da cidadania para estas classes sociais perpassa os três direitos básicos: social, civil e político, demonstrando-se, mais uma vez, que é fundamental erradicarmos a pobreza para que outras necessidades aflorem, contribuindo para o pleno exercício da cidadania.

Já a Cidadania digital é, sobretudo, sinônimo de ter direito e acesso à informação *online* pelos cidadãos, para que lhes seja permitido participar efetivamente em todas as esferas sociais da sociedade em que vivem. Exercer a cidadania digital é lutar contra a exclusão digital e pelo acesso às TIC de jovens pobres que não têm oportunidades, demonstrando uma clara preocupação com o outro ao ajudá-los a sentirem membros com participação na sociedade. Assim, a cidadania digital tem forte ligação com o direito político, como uma forma *online* de manifestar e mobilizar as pessoas nesta sociedade da informação.

Considerando-se que não é objetivo deste artigo correlacionar cidadania e cidadania digital estatisticamente, coube-nos interpretar qualitativamente que para se exercer os direitos explicitados da cidadania (civil, político e social) na sociedade em rede, faz-se necessário o exercício da cidadania digital. Tomemos como exemplo a reivindicação do direito à moradia (ter casa) como um direito social relacionado a cidadania. Atualmente os programas governamentais voltados à produção de habitação social exigem que os futuros beneficiários façam cadastros em plataformas online e acompanhem o processo de aprovação de seu cadastro de forma remota. Outro exemplo é o direito a um salário (ter rendimentos) como componente da cidadania. Como se sabe, a procura por empregos em plataformas online são hoje majoritárias em todo o mundo, enquanto a oferta de empregos em jornais físicos é praticamente inexistente. Outro exemplo, agora relacionando o direito político, seria “lutar pelos seus direitos, fazer-se

Haddad; Oliveira & Alturas. *Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.*

ouvir”. Sabe-se que a organização de manifestações e a assinatura de petições são feitas majoritariamente em plataformas online. Podem ser dados muitos outros exemplos para justificar que para a conquista do exercício da cidadania e dos direitos a ela associados é primordial, se não essencial, que se exerça a cidadania digital. Ou seja, ter acesso a internet e não ser infoexcluído é um preceito básico para o pleno exercício da cidadania.

Portanto, pode-se afirmar que os indicadores emergidos neste estudo são necessidades básicas e fazem parte do exercício da cidadania e da cidadania digital das comunidades pesquisadas. Ainda que se refiram à esfera de atuação de cada indivíduo e às necessidades das comunidades e culturas em que se inserem são percebidos pelos entrevistados como manifestações concretas das dimensões da cidadania e da cidadania digital identificadas neste estudo.

Em suma, as percepções sobre cidadania digital relevam que, na sociedade atual, cada vez mais digital, o acesso aos direitos sociais, civis e políticos estabelecidos como dimensões da cidadania são indissociáveis do acesso à internet. Ou seja, promover o pleno exercício da cidadania, com atendimento das necessidades sociais, participação civil e política, pressupõe combater a infoexclusão na sociedade em que vivemos, reafirmando o conceito de Wright (2008, p. 6) que define o exercício da cidadania digital como “a capacidade de participar na sociedade online”, como sendo a definição mais clara do habitar no mundo moderno, em rede.

Referencias

Bustamante, J. (2010). *Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital: Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: www.cidadaniaeredesdigitais.com.br/_files/livro.pdf.

Caraça, J. (2007). Viver em rede. In J. D. Coelho (org.), *A sociedade da Informação – O percurso Português: Dez anos de sociedade da informação análise e perspectivas* (pp. 149-155). Lisboa: Edições Silabo.

Castells, M. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura - Poder da identidade*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M.& Cardoso, G. (2005). *A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política*. Ed. 1012466. Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 2006. ISBN 972-27-1453-8. Acesso: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://labds.eci.ufmg.br:8080/bitstream/123456789/62/1/CASTELLS%3B%20CARDOSO.%20Sociedade%20em%20rede.pdf.

Haddad; Oliveira & Alturas. *Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.*

Choi, M. (2015). *Development of a Scale to Measure Digital Citizenship among Young Adults for Democratic Citizenship Education Dissertation*. Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Doctor of Philosophy in the Graduate School of Ohio State University. Disponível em: http://chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://etd.ohiolink.edu/apexprod/rws_etd/send_file/send?accession=osu1437610223.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (2013). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação no Brasil*. Disponível em: <http://www.cetic.br/educacao/2011/alunos.htm>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Covre, M. L. M. (2001). *O que é cidadania*. (3a ed.). São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/modresource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf.

Diniz, J. F. (2014). *Cidadania: A evolução de um conceito*. RBDGP, 2(1), 6-11, Pombal - Paraíba, Brasil. Disponível em: <https://slidex.tips/download/rbdgp-revista-brasileira-de-direito-e-gestao-publica-artigo-de-revisao--7>.

Fernández-Prados, J.S., Lozano-Díaz, A. & Ainz-Galende, A. (2021). *A. Measuring Digital Citizenship: A Comparative Analysis*. Informatics, 8(1), 18. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/informatics8010018>.

Figueiredo, A. D. (2007). A dimensão crítica da sociedade da informação em Portugal In J. D. Coelho (Org.) *A sociedade da Informação – O percurso Português: Dez anos de sociedade da informação análise e perspectivas* (pp. 139-147). Lisboa: Edições Sílabo.

Garrido, M., Sey A., Hart, T. & Santana, L. (2012). *Literature Review of how Telecentres operate and have an Impact on eInclusion - Exploratory study on explanations and theories of how Telecentres and other community-based e-Inclusion actors operate and have an impact on digital and social inclusion policy goals*. James Stewart, Gabriel Rissola, Gianluca Misuraca and Cristina Torrecillas (Ed.). Luxembourg: Publications Office of the European Union. [Online] ISSN 1831-9424. doi:10.2791/97206.

Haddad, S. R. (2019). *Percepção da cidadania digital: a importância dos telecentros como programas de inclusão digital para classes sociais desfavorecidas, em Belo Horizonte, Brasil* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/18587>

Haddad, S., & Oliveira, A. (2017). *Percepção da cidadania digital entre pessoas pobres, adultas e idosas, utilizadoras de Telecentros, em Belo Horizonte*. In Á. Rocha, B. Alturas, C. Costa, L. P. Reis, & M. P. Cota (Eds.), *Sistemas e Tecnologias de Informação / Information Systems and Technologies - Atas da 12a Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação / Proceedings of the 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI'2017), I, 2019-2024*. Lisboa: AISTI (Associação Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação) e Instituto Universitário

Haddad; Oliveira & Alturas. *Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.*

de Lisboa (ISCTE-IUL), ISBN: 978-989-98434-7-9 Disponível em: <http://rpson-line.com.sg/rps2prod/cisti2017-proceedings/>.

Haddad, S., Oliveira, A. & Alturas, B. (2022). *O significado e a importância da cidadania (e-digital) para as populações pobres: Um estudo de caso em Belo Horizonte, Brasil [The meaning and importance of (e-digital) citizenship for poor populations in Belo Horizonte, Brazil]*. 22ª CAPSI Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, Santiago, Cabo Verde.

Haddad, S., Oliveira, A. & Cardoso, G. (2016). *Framework para avaliação da cidadania digital entre uma população menos favorecida, no Brasil*. In Á. Rocha, L. P. Reis, M. P. Cota, O. Santana & S. R. Gonçalves (Eds.). *Sistemas y Tecnologías de Información - Actas de la 11ª Conferencia Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información (CISTI'2016)*, I, 767-774. Gran Canaria: AISTI (Asociación Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información) y la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. ISBN: 978-989-98434-6-2 Disponível em: <http://www.aisti.eu/cisti2016/>.
Jambeiro, O. & Silva, H. P. da (2004). “*Políticas de informação: digitalizando a inclusão social*”. [Online]. Disponível em: <http://www.piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/135/133>, 2004. Accessed on: Jul, 18, 2015.

Laureano, R. M. S. & Botelho, M. C. (2017). *IBM SPSS Statistic - O meu manual de consulta rápida*. (3a ed.). Lisboa: Edições Silabo. ISBN:978-972-618-886-5.

Lisa M. J. & Kimberly J. M. (2016). *Defining and measuring youth digital citizenship*. *New Media & Society* 18: 9. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444815577797>

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

Massensini, R. R. L. S (2011). *Inclusão digital: sob a ótica da cidadania plena*. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 6 (2). Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/13128>.

Mendes, A. S. (2001). *Sociedade da Informação ou sociedade do conhecimento?* *Revista Portuguesa de Gestão* (15-25). Indeg ed out/nov/dez, Lisboa, Portugal.

Neves, A. C. (2007). Como definir a sociedade da informação? In J. D. Coelho (org.), *A sociedade da Informação – O percurso Português: Dez anos de sociedade da informação análise e perspectivas* (pp. 57-69). Lisboa: Edições Silabo.

ONUBR-Nações Unidas no Brasil (2016). *Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional*. Tradução plataforma www.onlinevolunteering.com. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>. Accessed on: Fev, 01, 2021.

Pestana, M. H & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para Ciências Sociais – A complementariedade do SPSS* (6a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Haddad; Oliveira & Alturas. *Do Risco de Info-Exclusão à Participação Cívica: A Percepção da Cidadania Digital entre as Pessoas Pobres.*

Pinsky, J. & Pinsky, C. B. (Org) (2005). *História da cidadania*. (2a ed.). São Paulo: Contexto. ISBN:978-85-7244-217-6.

Poker, J. G. A. B. (2009). *Considerações sobre as Teorias de integração social e as formas da cidadania*. Revista em Tempo, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 2009. ISSN 1984-7858. Disponível em: <http://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/49>. Acesso em: 26 marc. 2022.

Ribble, M. (2011). *Digital citizenship in schools*. 2º ed. Washington DC: ISTE. Disponível em: <https://www.iste.org/docs/excerpts/DIGCI2-excerpt.pdf>. Accessed on: Jun, 11, 2020.

Sey, A. et al (2013). *Connecting people for development: why public access ICTs matter*. p. 241, 2013. Disponível em: <http://tascha.uw.edu/publications/connecting-people>. Accessed on: Dez, 15, 2015.

Silva, F. C. T. (2013). *Arte e cultura na conquista da cidadania e integração social*. Relatório de Estágio (Dissertação de mestrado em Sociologia) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24768>.

Silveira, S. A. (2010). *Cidadania e Redes Digitais*. Disponível em: http://www.cidadaniaeredesdigitais.com.br/_files/livro.pdf. Accessed on: Mar, 02, 2021.

Snyder, S. (2016). *Teachers' Perceptions of Digital Citizenship Development in Middle School Students Using Social Media and Global Collaborative Projects*. Dissertation Walden University Dissertation Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy Educational Technology. Disponível em: <http://scholarworks.waldenu.edu/dissertations>. Accessed on: Abr, 22, 2016.

Sposati, A. S. (2015). “Gestão intergovernamental para o enfrentamento da exclusão social no Brasil. [Online]. Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>. Accessed on: Dez, 15, 2015.

Wright, S. (2008). *Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation*, by Karen Mossberger, Caroline J. Tolbert, and Ramona S. McNeal. Journal of Information Technology and Politics, 5 (2), 262-265.